

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 548.603 - SP (2019/0356984-8)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE : ROMULO RONAN RAMOS MOREIRA**  
**ADVOGADO : RÔMULO RONAN RAMOS MOREIRA - SP120945**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : MATHEUS CRISTIAN DA SILVA (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

## DECISÃO

**MATHEUS CRISTIAN DA SILVA**, paciente neste habeas corpus, alega sofrer coação ilegal no seu direito a locomoção, em face de acórdão prolatado pelo **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo** na Apelação n. 0013859-94.2018.8.26.0344.

Depreende-se dos autos que o paciente e o corréu Kennedy foram condenados como incursos no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006 e no art. 16, parágrafo único, IV, da Lei n. 10.826/2003, à pena total de **8 anos de reclusão, no regime inicial fechado**, mais multa.

Irresignada, a defesa interpôs apelação criminal perante o Tribunal de origem, que, à unanimidade, negou-lhe provimento, afim de manter inalterada a sentença condenatória.

Nas razões deste *mandamus*, sustenta o impetrante, resumidamente, a ilegalidade da dosimetria, sendo de rigor a incidência da causa especial de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/2006 no patamar máximo, pois o paciente é primário, não ostenta maus antecedentes criminais, não integra organização criminosa, tampouco faz do tráfico seu meio de subsistência.

Aduz, ademais, que deveria ser fixado ao sentenciado regime inicial menos gravoso de cumprimento da sanção reclusiva, haja visto que a pena-base foi estabelecida no mínimo legal, ou seja, com a avaliação favorável de todas as circunstâncias judiciais previstas no art. 59 do Código Penal.

Requer, assim, seja refeita a dosimetria da pena, com a consequente colocação do réu em regime mais brando e com a substituição

da sanção reclusiva por medida restritiva de direitos.

**Decido.**

Da análise dos autos, ao menos em um juízo perfunctório, verifico que o pedido formulado reveste-se de plausibilidade jurídica, **razão pela qual deve ser deferida a medida de urgência.**

A Corte estadual assim fundamentou a imposição do regime inicial fechado, *verbis* (fls. 20-22, destaquei):

Quanto ao regime, o inicial fechado é o único possível (Lei nº 11.464/2007 e art. 33, § 3º do Código Penal).

Não obstante decisão proferida pelo Colendo Supremo Tribunal Federal, com declaração da inconstitucionalidade incidentalmente, do disposto no art. 2º, § 1º, da Lei nº 8.072/90, não há como aplicar, “in casu”, regime inicial menos severo.

Até em atenção ao art. 33, § 3º, do Código Penal.

E também se sabe, malgrado a edição da Súmula nº 719, pela Corte Máxima, que pode perfeitamente e ainda o regime fechado ser o adotado, quando devidamente justificado.

Exatamente como na espécie.

Afinal, **os acusados foram surpreendidos, aqui, trazendo consigo grande quantidade de entorpecentes, alguns de natureza nefasta: cocaína e crack** de implacável torpor violento e desmedido, alterador de razões, debilitante do corpo e de desestruturação mental.

Tudo a revelar, portanto e enfim, que o tráfico vem, com a falta de rigor na aplicação da Lei, tomando conta da sociedade, a incutir-se como ato corriqueiro e cotidiano, ocorrido aos olhos de todos, sem que o Estado nada faça para punir aqueles que transgridam em plena confiança de impunidade a ordem jurídica em que a legislação se sustenta. Ora.

O Direito é, acima de tudo e simplesmente, um fenômeno social, dê-se que a própria Justiça é um ideal humano.

Assim, as Leis e o ordenamento jurídico são frutos dos anseios de uma sociedade, que visam a proteger seus valores básicos através dos Poderes do Estado.

Destarte, se a Lei objetiva recrudescer a situação dada ao traficante, impondo-lhe pena grave, evidente que a atuação do Judiciário não pode perder este Norte.

O julgador, portanto, agente político que é e com evidente

# *Superior Tribunal de Justiça*

função social, não deve ignorar que a ordem jurídica instituída nada mais faz do que refletir os legítimos anseios da sociedade.

Portanto, aqueles que infringem as normas penais dão um passo transgressor, contrário e desrespeitoso ao seio social em que convivem, momento em que ficam sujeitos, de forma consciente, à atuação do Estado, que deve ser, também, retributiva.

Com isso, não se pode jamais perder de vista que o tráfico de drogas é um delito nefasto, que deturpa a sociedade, destrói seres humanos e lares, bem como ampara todo o mundo da criminalidade.

Daí que aqueles que se dispõem a disseminar entorpecentes, cujo vício é odiável e de difícil recuperação, infligindo transtornos não apenas ao próprio dependente, como também a todo seu seio familiar e social, contribuem para a destruição da própria sociedade.

Merecem, por isso, fixação de regime inicial compatível com as circunstâncias e consequências do delito por eles praticado.

Ademais, vale dizer.

Àqueles que são surpreendidos em circunstâncias tais como as descritas nos autos, não há como aplicar-se regime mais brando, sob pena de violação ao princípio constitucional da individualização da pena (art. 5º, XLVI, da Constituição Federal), o que não se pode permitir.

Do trecho anteriormente transcrito, verifico que a Corte estadual entendeu devida a imposição do regime inicial fechado com base **na suposta gravidade do crime**, tendo em vista a apreensão, em poder dos réus, de **quantidade razoável de drogas diversas e de natureza mais perniciosa aos usuários**.

Contudo, uma vez que o paciente e o corréu eram tecnicamente primários e possuíam menos de 21 anos ao tempo do delito, tiveram a pena-base fixada no mínimo legal e foram apreendidos com quantidade não exorbitante de drogas (**99,29 g de maconha e 20,49 g de cocaína**), **entendo evidenciada a plausibilidade jurídica do direito tido como violado nesse ponto**.

Ademais, registro que, **embora haja sido apreendido cocaína em poder dos acusados** (substância entorpecente dotada de alto poder viciante), a quantidade das drogas não foi elevada, de modo que, **ao**

# *Superior Tribunal de Justiça*

**menos à primeira vista**, a natureza da substância não pode, por si só, ensejar a imposição de regime inicial mais gravoso de cumprimento de pena, notadamente quando verificado que **todas as demais circunstâncias são favoráveis aos réus**.

No que tange à pretendida substituição da sanção reclusiva por medida restritiva de direitos, entendo que a matéria confunde-se com o próprio mérito do *mandamus*, razão pela qual deverá ser analisada em momento oportuno, quando serão minuciosamente examinados os fundamentos embasadores da pretensão.

À vista do exposto, **defiro a liminar** para assegurar ao paciente que aguarde no **regime semiaberto**, o julgamento final deste habeas corpus, se por outro motivo não estiver cumprindo a reprimenda em regime mais gravoso.

**Estendo os efeitos** dessa decisão **ao corréu KENNEDY LUCAS BUENO MENDONÇA**, por se encontrar em mesmo contexto fático-probatório.

Dispensar informações complementares, porquanto suficientemente instruído o feito.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**